



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

Termo de Fomento que entre si celebram a
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM e a
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE EM AÇÃO, objetivando a
execução do Projeto "Quero Saber"

Termo de Fomento CMDCA nº 05/2023
Processo nº Processo nº 282/1/2023 Edital 001/2022 CMDCA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM**, com sede à Avenida Washington Luiz, nº 75, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.578.498/0001-75, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Tiago Rodrigues Cervantes**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 25.187.198-8-SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 261.170.218-79, doravante designada simplesmente PREFEITURA, e a **ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE EM AÇÃO**, com sede à Rua Manoel Ribeiro dos Santos, 116 - Bairro Jardim Oásis, Município de Itanhaém, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 44.134.865/001-16, representada, neste ato, por seu presidente Sandro Caçador Braga, portador da cédula de identidade RG nº 27.523.820-X e inscrito no CPF/MF sob nº 259.824.058-84, representado por sua procuradora legal Tânia Sawaya do Espírito Santo, portadora do RG nº 14.656.222-7 e inscrição no CPF sob nº 086.594.458-05, e seu Diretor Financeiro **Aramiz Rogério Rodrigues Sciencio**, portador do RG nº 18.029.779-X e inscrição no CPF SOB nº 089+841.323/10, doravante denominada simplesmente OSC, em conformidade com o que preconiza a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e suas alterações, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, e observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de novembro de 2015, resolvem firmar o presente Termo de Fomento mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Do Objeto

O presente Termo de Fomento, decorre do **Processo nº 282/1/2023 Edital 001/2022 CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, para repasse de recursos via FMDCA - Fundo Municipal da Criança e Adolescente**; conforme ATA nº 07/2022, Reunião Extraordinária, de 21/11/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho, acostado ao processo fará parte integrante do Termo de Fomento (Anexo I- publicado no site portal de parcerias). O plano poderá ser revisto para alteração de custeio ou de metas, mediante o apostilamento, respeitada a legislação vigente, após proposta previamente justificada pela OSC, acolhida em parecer técnico pelo CMDCA - Conselho Municipal da Criança e Adolescente, sendo vedada a alteração do objeto e montante do repasse.

CLÁUSULA SEGUNDA

Das Responsabilidades e Obrigações

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e em legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I - da PREFEITURA:

- a) elaborar e conduzir a execução da política pública;
- b) emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;
- c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

- d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda a sua extensão;
- e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolso previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;
- f) assinalar prazo para que a OSC adote as providências necessárias ao exato cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento, sempre que verificada alguma irregularidade, sem prejuízo de retenção das parcelas dos recursos financeiros, até o saneamento das impropriedades ocorrentes;
- g) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;
- h) publicar, no órgão oficial de imprensa do Município, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;
- i) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado na Imprensa Oficial do Município;
- j) designar o gestor da parceria;
- k) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria;
- l) analisar os relatórios de execução financeira e de resultados;
- m) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;
- n) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- o) na hipótese de inexecução da parceria por culpa exclusiva da OSC, a PREFEITURA poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a PREFEITURA assumiu essas responsabilidades;
- p) divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos;

II - da OSC:

- a) executar o projeto discriminado na Cláusula Primeira, a quem deles necessitar, na conformidade do plano de trabalho e de acordo com o pactuado no presente ajuste;
- b) aplicar, integralmente, os recursos financeiros repassados pela PREFEITURA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, na execução das ações objeto do presente ajuste, conforme especificado na Cláusula Primeira e no plano de trabalho, com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- c) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;
- d) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas da PREFEITURA;
- e) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da PREFEITURA a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- f) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em conta corrente específica, aberta em instituição financeira pública, observado o disposto no artigo 51 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;
- g) movimentar os recursos recebidos em decorrência da parceria exclusivamente por meio de transferência eletrônica, mediante crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, podendo, excepcionalmente, mediante justificativa circunstanciada, ser realizados saques para pagamento em espécie a pessoas físicas que não possuam conta bancária, adotando-se, nesta hipótese, mecanismos que permitam a identificação do beneficiário final, devendo as informações sobre tais pagamentos constar em item específico da prestação de contas;



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

- h) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, contendo, respectivamente:
1. As atividades desenvolvidas para o cumprimento da parceria e o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;
 2. Demonstrativo integral das receitas e despesas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto da parceria;
 - i) prestar contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis, e na forma e prazos explicitados na Cláusula Oitava deste instrumento;
 - j) devolver ao Erário Municipal, quando da prestação de contas final, os eventuais saldos dos recursos repassados e não utilizados, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, conforme o disposto no § 3º da Cláusula Décima;
 - k) manter contabilidade e registro atualizados e em boa ordem, bem como relação nominal dos beneficiários das ações objeto da parceria à disposição dos órgãos fiscalizadores e, ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente Termo de Colaboração;
 - l) manter recursos humanos, materiais e instalações adequados e compatíveis com o atendimento das ações socioassistenciais, com vistas ao alcance dos objetivos deste ajuste;
 - m) contratar e manter, por sua conta, pessoal qualificado e necessário ao desenvolvimento do serviço, conforme as orientações técnicas da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, comprometendo-se a cumprir a legislação vigente;
 - n) divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o MUNICÍPIO, contendo, pelo menos, as informações mínimas exigidas no parágrafo único do artigo 11 da Lei federal nº 13.019/2014;
 - o) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da Comissão de Monitoramento e Avaliação, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura deste instrumento;
 - p) permitir e facilitar o acesso de agentes da PREFEITURA, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;
 - q) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante a PREFEITURA e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;
 - r) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO - É vedado à OSC:

- I - utilizar os recursos deste ajuste em finalidade diversa da estabelecida em seu objeto;
- II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, com recursos vinculados à parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA

Do Monitoramento e da Avaliação de Resultados

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados por meio de relatório técnico emitido por responsável designado pelo Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, na forma do artigo 59 da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, o qual, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela PREFEITURA;



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA QUARTA

Da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA:

I - homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

II - avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para a consecução dos objetivos perseguidos;

III - analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

IV - solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

V - solicitar aos demais órgãos da PREFEITURA ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

VI - emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo, além da avaliação da parceria, a avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA QUINTA

Do Gestor da Parceria

O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter a PREFEITURA, por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, informada sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico de análise da prestação de contas parcial ou final, levando em consideração, além dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira apresentados pela OSC, o conteúdo dos seguintes relatórios elaborados internamente:

a) relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

b) relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

V - comunicar ao administrador público a inexecução da parceria por culpa exclusiva da OSC;

VI - acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados.

§ 1º - O gestor da parceria será indicado pelo Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social e designado por ato publicado no órgão de imprensa oficial do Município.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

§ 2º-O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pela PREFEITURA, por meio de simples apostilamento.

§ 3º-Em caso de ausência temporária ou de vacância da função de gestor, o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social assumirá a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até o retorno ou a indicação de novo gestor, conforme o caso.

CLÁUSULA SEXTA

Do Valor e dos Recursos

O valor total da presente parceria é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de recurso FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança , a ser pago em 1 (uma) parcela , cujas despesas onerarão a dotação orçamentária nº 02.10.02.08.243.0006.2036.3.3.90.39; do orçamento vigente.

§ 1º-Os recursos de que trata esta cláusula deverão ser aplicados pela OSC em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

§ 2º- As receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas deverão ser obrigatoriamente aplicadas no objeto da parceria, e estarão sujeitas às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

§ 3º - O descumprimento do disposto nos parágrafos anteriores obrigará a OSC à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito.

CLÁUSULA SÉTIMA

Da Liberação dos Recursos

Os recursos financeiros de que trata a cláusula anterior serão transferidos à OSC na forma de repasse em parcela única.

CLÁUSULA OITAVA

Da Prestação de Contas

A OSC elaborará e apresentará à PREFEITURA a prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula, observando-se o Capítulo IV da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como as instruções oriundas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 1º- Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, conter a indicação do número do ajuste e a identificação do órgão público a que se referem, bem como ficar arquivados na OSC à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

§ 2º - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no sítio eletrônico da PREFEITURA, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§ 3º - Até que se institua a plataforma eletrônica de que trata o § 2º, a prestação de contas será feita de forma presencial, junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, devendo ser observados, quando for o caso, os modelos de demonstrativos e formulários disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 4º - Sem prejuízo da plena observância dos normativos apontados no “caput” desta cláusula, a OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos conforme previsão no plano de trabalho, na forma e prazos a seguir estabelecidos:

I - prestação de contas parcial: deverá ser apresentada à PREFEITURA, mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente ao do repasse ou, quando for o caso, até o primeiro dia útil imediatamente seguinte, por meio de relatório parcial de execução do objeto, contendo a relação nominal dos atendidos e a relação dos



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

pagamentos efetuados, bem como comprovando que os recursos financeiros recebidos foram aplicados nas ações previstas no plano de trabalho;

II - prestação de contas final: deverá ser apresentada à PREFEITURA, nos moldes das instruções específicas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do término de vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC, devendo conter, além da documentação comprobatória da aplicação dos recursos recebidos, os seguintes documentos:

a) relatório final de execução do objeto da parceria, assinado pelo representante legal da OSC, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

b) relatório final de execução financeira do ajuste, assinado pelo representante legal da OSC e pelo contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto;

c) demonstrativo integral das despesas e receitas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto da parceria;

d) extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação dos recursos e rentabilidade do período;

e) relação nominal dos atendidos;

f) publicação do balanço patrimonial da OSC, dos exercícios encerrado e anterior;

g) demais demonstrativos contábeis e financeiros da OSC, acompanhados do balancete analítico acumulado no exercício;

h) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

i) comprovante da devolução de eventuais recursos financeiros não utilizados, quando houver, à conta bancária indicada pela PREFEITURA;

j) declaração acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal de Itanhaém, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

k) declaração da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal de Itanhaém, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

§ 5º - Apresentada a prestação de contas parcial e final, caberá ao gestor da parceria emitir parecer técnico conclusivo, para fins de avaliação do cumprimento do objeto e da regular aplicação dos recursos da parceria, que deverá observar o disposto no § 4º do artigo 67 da Lei federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º - A OSC fica autorizada, independentemente da celebração de termo aditivo, a utilizar os recursos repassados no último mês de vigência estabelecido na Cláusula Nona, bem como no derradeiro mês de eventuais prorrogações, durante o prazo de 30 (trinta) dias, estabelecido no inciso II do § 4º desta cláusula, para a apresentação da prestação de contas final à PREFEITURA.

§ 7º - A utilização dos recursos de que cuida o § 6º desta cláusula não implicará prorrogação do prazo para a apresentação da prestação de contas final à PREFEITURA.

§ 8º - Para fins de comprovação dos gastos:

I - não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ao período de vigência da parceria;

II - o pagamento de despesa em data posterior à vigência da parceria, observado o disposto no § 6º desta cláusula, somente será admitido quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

§ 9º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas a título de taxa de administração ou decorrentes de multas, juros ou correção monetária, referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da PREFEITURA na liberação de recursos financeiros.

§ 10 - Constatada a irregularidade ou omissão na prestação de contas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

§ 11 - Se persistir a irregularidade ou a omissão de que trata o § 10, o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA Da Vigência e da Prorrogação

O prazo de vigência deste Termo de Fomento é de 6 (seis) meses, sendo o período de 14/04/2023 à 14/10/2023.

§ 1º - Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, o presente Termo de Fomento poderá ter seu prazo de vigência prorrogado para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo e prévia autorização do CMDCA, após solicitação da OSC, devidamente justificada, apresentada à PREFEITURA e aprovada pelas instancias legais em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término.

§ 2º - A PREFEITURA prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA Da Denúncia e da Rescisão

A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e será rescindida por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que a torne jurídica, material ou formalmente inexecutável.

§ 1º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia da presente parceria, PREFEITURA e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do ajuste, devendo a OSC apresentar à PREFEITURA, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

§ 2º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, a PREFEITURA deverá instaurar tomada de contas especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria.

§ 3º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, não tendo ocorrido a utilização total dos recursos financeiros recebidos da PREFEITURA, fica a OSC obrigada a restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

§ 4º - A inobservância do disposto no parágrafo anterior ensejará a imediata instauração de tomada de contas especial.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Das Alterações

Este Termo de Fomento poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA Das Sanções



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a PREFEITURA poderá, assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório, aplicar à OSC as sanções previstas no artigo 73 da Lei federal nº 13.019, de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aplicadas as sanções previstas no "caput" desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Das Condições Gerais

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com a PREFEITURA, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desta em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC;

II - a PREFEITURA não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais;

III - todas as comunicações relativas a esta parceria serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues nos endereços dos partícipes, mediante protocolo, ou quando realizadas por meio eletrônico;

IV - a PREFEITURA não se responsabilizará por qualquer despesa excedente dos recursos a serem transferidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

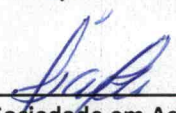
Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Itanhaém para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou interpretação deste instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Fomento em 2 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

Itanhaém, 14 de abril de 2023.


Tiago Rodrigues Cervantes
Prefeitura Municipal de Itanhaém


Associação Sociedade em Ação
Representante Legal P/P Tânia Sawaya do Espírito Santo


Diretor Financeiro – Aramis Rogério Rodrigues Sciencio

TESTEMUNHAS:

1. 
CMDCA – Presidente Fernanda Regina M. Amin
RG Nº: 29.259.962-6 SSP/SP

2. 
Silvana Rodrigues Costa
RG Nº: 15.793.133-X SSP/SP



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

ANEXO RP-12 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE EM AÇÃO, objetivando a execução do Projeto "Quero Saber"

Termo de Fomento CMDCA nº 05/2023
Processo nº Processo nº 282/1/2023 Edital 001/2022 CMDCA

ADVOGADO(S): (*)

Na qualidade de Órgão/Entidade Público(a) e Organização da Sociedade Civil Parceira, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Itanhaém, 14 de abril de 2023.

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICA: Prefeitura Municipal de Itanhaém
Nome e cargo: **Tiago Rodrigues Cervantes** – Prefeito Municipal
E-mail institucional: prefeito@itanhaem.sp.gov.br
E-mail pessoal:
Assinatura:

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE EM AÇÃO
Nome e cargo: Presidente / Representante Legal – Tânia Sawaya do Espírito Santo
E-mail institucional: sociedadeemacao@gmail.com
E-mail pessoal:
Assinatura:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária - Estado de São Paulo

ANEXO RP-13 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR CADASTRO DO RESPONSÁVEL - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:
ASSOCIAÇÃO SOCIEDADE EM AÇÃO, objetivando a execução do Projeto "Quero Saber"

Termo de Fomento CMDCA nº 05/2023
Processo nº Processo nº 282/1/2023 Edital 001/2022 CMDCA

Nome	Tiago Rodrigues Cervantes
Cargo	Prefeito Municipal
CPF	261.170.218-79
Endereço (*)	Rua Telmo Diz, 246 – casa 65 - Vila São Paulo
Telefone	13 3421.1600
e-mail	prefeito@itanhaem.sp.gov.br

(*) Não deve ser o endereço do Órgão e/ou Poder. Deve ser o endereço onde poderá ser encontrado(a), caso não esteja mais exercendo o mandato ou cargo.

Responsável pelo atendimento a requisições de documentos do TCESP

Nome	Josué Batista Gomes
Cargo	Controlador Geral do Município
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Av. Washington Luiz, 75 – Centro – Itanhaém – SP – CEP: 11.740-000
Telefone/Fax	(13) 3421-1600 Ramal: 1344 / 1347
e-mail	gestaoecontrole@itanhaem.sp.gov.br gomesjosue@uol.com.br

Itanhaém, 14 de abril de 2023.



Josué Batista Gomes
Controlador Geral do Município



Fundada em 06 de Agosto de 2021

Associação Sociedade em Ação
CNPJ 44.134.865/0001-16 Inscrição Municipal 792289
Sede : Rua Manoel Ribeiro dos Santos, 116 Jd. Oásis
E-mail : contato.sociedadeemacao@gmail.com
Telefone contato : 13.99761.68.29

Defesa dos Direitos Sociais / Geração Atividade Econômica

ANEXO IV- PLANO DE TRABALHO

1. Identificação do projeto

1.1. Instituição proponente: Associação Sociedade em Ação

1.2 CNPJ: 44.134.865/0001-16

1.3 Banco: 001-Brasil

1.4 Agência: 0932-6

1.5 Conta: 49.619-7

1.6 Site: <https://www.sociedadeemacao.com/>

1.7 Certificações: CMDCA nº 70 validade 27/12/2022 / CMAS nº 85 validade 11/08/2022

1.8 Nome do Responsável legal: Tania Sawaya do Espírito Santo

1.9 RG: 14.656.222-7

1.10 Órgão Expedidor: SSP

2. Apresentação da Organização

A Associação Sociedade em Ação é uma entidade social sem fins econômicos, sem preconceito de raça, nacionalidade, sexo, cor, idade, credo religioso ou qualquer outra forma de discriminação e com prazo de duração indeterminada. Tem como missão ser o elo de engajamento entre o cidadão, o poder público e privado para redução da vulnerabilidade social no território de atuação. Atua na porta a porta, mapeando e identificando os riscos sociais de cada família, e que, conseqüentemente afeta o desenvolvimento e crescimento de crianças e adolescentes, podendo assim definir as melhores estratégias e ações com objetivo de prevenir e de viabilizar a cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana.

Desenvolve ainda atividades em parceria com outras entidades sociais do município, com troca mútua de conhecimentos e de engajamento nas ações sociais executadas por ambas.

2.1. Histórico da organização (com apresentação de dados e informações relevantes sobre a área de atuação):
BOLETIM OFICIAL 21 PREFEITURA DE ITANHAÉM 14 A 20 DE SETEMBRO DE 2022 | ANO 19 | Nº 763 3. Apresentação do Projeto

A Associação Sociedade em Ação, foi fundada em 06 de Agosto de 2021 por iniciativa do grupo multidisciplinar de cidadãos da sociedade civil de Itanhaém formado por professores, psicólogos, autônomos, comerciantes e colaboradores de empresas privadas. Já atuavam em projetos sociais pela cidade de forma individual e em Nov/2020 resolveram unir esforços para construir um projeto integrado, de grande alcance e impacto social. Vários projetos pilotos foram realizados desde então com o objetivo de integrar o grupo, conhecer suas limitações e potencialidades.

Um dos primeiros projetos pilotos a serem realizados foi o de apoio pedagógico iniciado em abril de 2022, no centro

de apoio do Jd. Oásis, limitado à 6 crianças entre 8 e 11 anos, para melhor aproveitamento, diagnosticadas com defasagem de aprendizagem, principalmente em função da pandemia, ou seja, ainda não sabiam ler e escrever. Esta primeira turma se encerra no final de novembro onde o diagnóstico intermediário realizado já indica que se encontram alfabetizadas. Porém, as crianças ainda carecem de leitura dinâmica e de consistência na interpretação de textos. Percebemos também que as crianças são carentes de aquisição e manuseios de livros e que existe uma porcentagem considerável de crianças de pais analfabetos e/ou desprovidos de leituras onde o único acervo literário é o livro didático.

Entendemos então que o trabalho deveria continuar através da formação de leitores. A prática continuada da leitura, adicionalmente às realizadas na escola, através de um espaço adequado e nas proximidades de onde residem, possibilitando o envolvimento da família para incentivar inclusive a leitura dos respectivos pais, além do fortalecimento de vínculos, vem contribuir não somente para continuidade do processo de alfabetização, mas para criar as habilidades necessárias para compreensão e análise crítica de textos simples ou mais complexos.

3. Apresentação do Projeto

3.1. Nome do Projeto:

“QUERO SABER!”

3.2. Justificativa (justificar a pertinência e necessidade do projeto, apresentando dados estatísticos e sociais que apontem a necessidade da intervenção proposta).

“A leitura é um direito de todo cidadão, necessário para a constituição de seres humanos plenos com aptidão para análise, crítica e potencialmente capazes de usar a imaginação, de inovar. São recorrentes essas afirmações sobre o significado da palavra “leitura” como ação que dignifica o ser humano, possibilita o acesso ao conhecimento e a interação dialógica. No Brasil, entretanto, é preciso encontrar caminhos que avancem além da aviltante constatação de que muitas crianças não desfrutam, desde o nascimento, do convívio com fontes letradas. O desenvolvimento da oralidade, da interação dialógica (fala e escuta) e consequentemente do letramento emergente tende a ocorrer de modo natural em famílias de leitores, com amplo repertório cultural e que dispõem de recursos e de tempo para interagir com as crianças, desde bebês.

Esse precioso tempo, dedicado pelos pais ao brincar, às brincadeiras, aos jogos, aos diálogos e progressivamente à contação de histórias, à leitura de poemas, ao manuseio para exploração dos livros álbuns ou livros de Arte Visual & Literatura Infantil, amplia a memória discursiva e afetiva das crianças, nutrindo mente e cérebro, portanto, expandindo o repertório cultural e linguístico. São atividades básicas, vivenciadas em famílias de leitores, imprescindíveis para as crianças desde a primeira infância.

O que ocorre com as crianças das classes vulneráveis, desde pequenas, com relação ao letramento emergente e quais causas inter-relacionadas interferem no seu desenvolvimento?

A primeira refere-se às fontes restritas de letramento no contexto familiar: baixa escolaridade dos pais (confirmada pelos dados) e a renda familiar restrita – observando somente os extremos, 34% recebem até 1 salário-mínimo e 1% recebe mais de 10 salários. Como segunda causa é preciso ressaltar o aporte educacional frágil na Educação Infantil (creche e pré-escola), que envolve ausência de recursos: brinquedos, jogos, materiais para desenhar/pintar, instrumentos musicais, livros álbuns ou livros de Arte Visual & Literatura Infantil, além de condições inadequadas para atuação dos professores, devido ao tempo insuficiente/inexistente, no contexto do trabalho, para a autoformação e para o planejamento de atividades por meio das quais possam realizar a mediação de forma lúdica.

Com base em pesquisas recentes, as causas de possíveis dificuldades ao ler, o grupo de crianças, que se encontra em fase de alfabetização, apresentou as seguintes justificativas: sentir-se muito cansado para ler (1%); não ter paciência para ler (2%); ter dificuldades para ler (4%); não ter bibliotecas por perto (4%); preferir outras atividades (5%); falta de tempo (7%); não gostar de ler (8%); não saber ler (65%). Se a esses 65% somarmos os 31%, correspondentes aos percentuais das justificativas anteriores, algumas pouco convincentes, mas que refletem insatisfação ou extrema baixa autoestima, teremos

96%. Uma porcentagem assustadora! Isso pode significar que o contexto a que as crianças têm acesso na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental precisa ser repensado com urgência.

Para justificar essa necessidade, partimos da hipótese de que a maior parte das crianças de 5 a 10 anos não teve acesso a duas oportunidades: família de leitores e Educação Infantil de qualidade. O que poderia ser feito?

No 1º ano do EF, será possível viabilizar essa recuperação, dedicando um precioso tempo diário, por meio de um programa intensivo, no qual as crianças terão acesso a inúmeros livros álbuns ou livros de Arte Visual & Literatura Infantil, para que possam se encantar com os livros: explorando, lendo palavras e imagens, comentando, imaginando novas histórias, criando colaborativamente livros impressos ou virtuais, entre outras atividades.

Esse programa intensivo é uma estratégia significativa para nutrir a memória discursiva e afetiva, que terá, necessariamente, de anteceder o processo deliberado de alfabetização.”

*Fonte de pesquisa : <https://www.prolivro.org.br/2020/10/13/desafios-para-a-formacao-de-leitores-no-brasil/>

4. Objetivos do Projeto

4.1. Objetivo Geral

Propiciar um espaço de leitura e convivência social e familiar para despertar nas crianças o gosto e o hábito de ler, possibilitando que se tornem leitores e escritores reflexivos e críticos participando de forma ativa da sociedade em que se encontram inseridas.

Oportunidade de desenvolvimento para educadores recém-formados e geração de renda.

4.2. Objetivo (s) específico (s)

- Contribuir para formação de leitores autônomos e competentes;
- Fortalecimento de vínculos;
- Despertar o gosto pela leitura, estimulando o potencial cognitivo e criativo do aluno;
- Promover o desenvolvimento do vocabulário; Enriquecer o vocabulário;
- Aproximar o aluno do universo escrito e dos portadores de escrita para que possam manuseá-los, reparar na beleza das imagens;
- Possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação;
- Possibilitar produções orais, escritas e em outras linguagens;
- Relacionar texto e ilustração, manifestar sentimentos, experiências, ideias e opiniões, definindo preferências e construindo critérios próprios para selecionar o que irá ler.
- Familiarizar-se com as histórias, interpretar e ampliar o repertório de histórias conhecidas;
- Construir o hábito de ouvir histórias e sentir prazer nas situações que envolvem leitura de história;
- Realizar leituras orais e silenciosas de histórias;
- Facilitar o acesso do aluno aos diferentes portadores de textos;
- Desenvolver as habilidades linguísticas: falar, escutar, ler e escrever;
- Auxiliar o aluno no processo de constituição da sua identidade e na formação de valores próprios;
- Trabalhar a leitura com diferentes objetivos: busca de informação, de prazer, para comunicar um texto a um auditório, etc;
- Propor atividades em que os alunos tenham que perguntar, prever, recapitular, opinar, resumir, comparar opiniões, confrontar.

5. Beneficiários

5.1. Beneficiários Diretos (especificar):

- 6 crianças que participaram do projeto em 2022 para monitoramento e continuidade do incentivo à leitura
- 6 novas crianças já alfabetizadas para integrar a turma de 2022
- 6 novas crianças que tenham dificuldade de aprendizagem para receber apoio pedagógico antes da formação de leitores

5.2. Beneficiários Indiretos (especificar):

Familiares das crianças inscritas no projeto

6. Abrangência Geográfica (indicar o (s) bairro (s) e subprefeitura (s) bem como o local de desenvolvimento das atividades caracterizando a região de atuação):

Crianças residentes nas imediações do Centro de Apoio do Jd. Oásis sito à - Rua Rita Prado da Silva, 145 Jd. Oásis Itanhaém-SP

7. Metodologia (descrever como será desenvolvido o projeto, informando o método aplicado e a dinâmica de trabalho).

O projeto ocorrerá no centro de apoio da Associação no Jd. Oásis não existindo a necessidade de aquisição de qualquer material ou insumo e atende às necessidades para execução do projeto e atendimento do público-alvo. O espaço é locado e a verba vem de doação de pessoas físicas.

Trabalhar com as crianças e familiares que residem no entorno do centro de apoio é fundamental para o alcance dos resultados esperados pois propicia maior frequência devido facilidade de acesso e continuidade do ensino em casa. Os pais também participarão das palestras educativas juntamente com as crianças.

Fornecer lanche também é de extrema importância pois a maioria das crianças vem para as atividades muitas vezes sem terem feito sequer uma refeição em casa no dia.

Trabalhamos com turmas reduzidas para melhor aproveitamento de conteúdos e com duas professoras, uma formada há mais tempo e uma auxiliar recém-formada em processo de aprendizagem. Manter duas professoras garante não só a atenção especial necessária para as crianças como também a execução do cronograma de forma contínua caso haja ausência de uma por qualquer motivo.

Sobre a metodologia pedagógica, a proposta nesse projeto pressupõe o fazer pensar, sentir, trocar, fazer de modo crítico, criativo, significativo e prazeroso, desenvolvendo as potencialidades dos alunos não apenas no campo da racionalidade, mas também das emoções e das habilidades artísticas. Com o intuito de desenvolver nos alunos competências de leitura, linguística e de produção. Possibilitar a vivência de emoções e o exercício da fantasia e da imaginação através da leitura e produção de textos, pretende-se, também, disponibilizar aos alunos materiais que deem a sustentação necessária para que o trabalho seja produtivo, fomos inclusive, contemplados com um kit de 2 livros do Edital Leia com uma criança, do Itaú Social para realização deste projeto. Aplicaremos as metodologias abaixo para realização das atividades:

- Comunicação eficaz: comunicação que atinge com efetividade seu objetivo, que é transmitir uma mensagem com clareza. É quando o emissor passa uma informação ao seu receptor e este entende a mensagem exatamente como ela foi transmitida.
- Relacionamento: arte de interagir com diversas pessoas, de diferentes contextos, históricos e idade, com o objetivo de trocar conhecimentos, experiências e vivências de uma maneira saudável e respeitosa.
- Flexibilidade: a flexibilidade de um indivíduo é a qualidade de compreender, aceitar ou assumir as opiniões, ideias ou pensamentos de outras pessoas. Também é flexível a pessoa que sabe se adaptar e se reinventar diante de mudanças e diferentes cenários.
- Liderança: capacidade de despertar nas pessoas a vontade de fazer a diferença, de forma leve e eficaz.
- Trabalho em equipe: interagir, criar, produzir e solucionar problemas em conjunto, unindo forças de forma coletiva, harmoniosa e respeitosa buscando um determinado objetivo.
- Criatividade: criar, inventar e reinventar, produzir novas e diferentes coisas. Capacidade de transformar situações e inovar no modo de agir. Pessoas consideradas criativas geralmente são curiosas e sempre buscam olhar as coisas de forma diferente buscando oportunidades.
- Inovação: a inovação e a criatividade andam de mãos dadas e são definidas como a capacidade de produzir ou tornar algo novo, renovar e restaurar. Vontade de fazer algo novo e surpreendente.
- Adaptação: é a característica da pessoa que tem a capacidade de se adaptar, reorganizar e moldar às novas situações, buscando interagir de forma adequada às diferentes exigências dessas mudanças.
- Resolução de problemas: colocar o aprendente como foco central de uma situação-problema e torná-lo capaz de construir seu conhecimento a partir da solução desse problema.

8. Resultados esperados - Os resultados consistem nas realizações (metas) que permitirão a consecução do (s) objetivo (s) específico (s).

8.1. Objetivos específicos com os respectivos resultados esperados (descrever os resultados quantitativos e qualitativos - de modo que sejam passíveis de monitoramento - relacionando-os com os objetivos correspondentes)

Quantitativos:

- a. Atendimento do público-alvo (18 crianças) (fichas de inscrição);
- b. Conclusão da leitura e completa interpretação de texto dos 2 livros fornecidos pelo Itaú Social. (avaliação audiovisual)

Qualitativos:

- a. Ficha com pesquisa de satisfação das crianças em relação ao engajamento e fortalecimento de vínculo com pais (ambos ou pai ou mãe ou responsável) no terceiro e último mês de execução;
- b. Ficha com pesquisa de satisfação dos pais (ambos ou pai ou mãe ou responsável) em relação ao engajamento e fortalecimento de vínculo com os filhos no terceiro e último mês de execução.

9. Sistema de Monitoramento e Avaliação -Resultado (s) Indicadores qualitativos -Indicadores quantitativos - Meios de Verificação

Quantitativos:

- a. Cumprimento de 100% do calendário detalhado proposto; (Relatório de atividades)
- b. Frequência das crianças de 75% (lista de frequência);
- c. Engajamento de pelo menos de 75% dos pais (ambos ou pai ou mãe ou responsável) nas atividades (lista de frequência);

Qualitativos:

- a. Diagnóstico inicial, intermediário e final com ficha técnica e gravação de vídeo de cada criança mostrando o mesmo texto lido e interpretado;
- b. Diagnóstico de habilidades e competências adquiridas com a evolução da compreensão e análise crítica;

10 Recursos humanos Formação Profissional, Função no projeto, Tipo de Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário), (carga) horas/mês.

Qtde	Recurso Humano	Formação Profissional	Função no Projeto	Tipo Vínculo	Horas mês
1	Professor	Licenciatura Pedagogia com Gestão Escolar/Pós Graduação em Alfabetização e Letramento/Psicopedagogia Institucional	Professor de Educação Básica	MEI	28
1	Auxiliar Educativo	Pedagogia	Auxiliar o professor nas atividades	MEI	28

11. Cronograma de execução do projeto (especificar mês a mês as atividades desenvolvidas) Plano de Trabalho Anual - Atividades/Mês 1, 2, 3, 4, 5 e 6

* Data de início: 16 de Maio

Atividade	Qtde por Turma	Qtde Turmas	Total Benef	Público Alvo	Ter	Qui
Apoio Pedagógico	7	1	7	Crianças	09:00 às 11:30	09:00 às 11:30
Formação Leitores	12	1	12	Crianças		14:00 às 16:30

Nº atividade	Atividades do Semestre	M01	M02	M03	M04	M05	M06
1	Fichas de Inscrição e conversas com pais explicando projeto	X					
2	Atividades permanentes	X	X	X	X	X	X
3	Sequência de atividades de leitura	X	X	X	X	X	X
4	Sexta literária com os pais		X		X		X
5	Projeto didático de leitura	X		X		X	
6	Produção de murais para divulgação dos livros lidos pelos alunos		X	X	X	X	X
7	Empréstimos de livros	X	X	X	X	X	X
8	Reunião pedagógica	X	X	X	X	X	X
9	Reunião com os Pais ou Responsáveis (fortalecimento de vínculos)	x		x			x
10	Palestra sobre meio ambiente e qualidade de vida, formação de cidadania e de defesa e direito das crianças		X	X	X	X	
11	Prestação de contas	X	X	X	X	X	X

12. Demonstrativo de Despesas

Nº de Despesas	Provisão de	Atividade do Semestre	Repasse Mensal	Solicitado	Repasse Semestral	Solicitado	Total
01.		Professor	840,00		5.040,00		5.040,00
02.		Auxiliar Educativo	420,00		2.520,00		2.520,00
03.		Material Escolar/Passeios Educativos	406,67		2.440,00		2.440,00



Fundada em 06 de Agosto de 2021

Associação Sociedade em Ação
CNPJ 44.134.865/0001-16 Inscrição Municipal 792289
Sede : Rua Manoel Ribeiro dos Santos, 116 Jd. Oásis
E-mail : contato.sociedadeemacao@gmail.com
Telefone contato : 13.99761.68.29

Defesa dos Direitos Sociais / Geração Atividade Econômica

AO CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

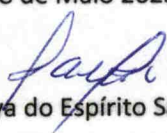
CONTA BANCÁRIA ESPECÍFICA

Eu, Tania Sawaya do Espírito Santo abaixo assinada, brasileira, portadora do RG nº 14.656.222-7 e do CPF nº 086.594.458-5, na qualidade de representante legal da Associação Sociedade em Ação, inscrita no CNPJ nº 44.134.865/0001-16, informo que os repasses das verbas públicas referentes a o termo de PARCERIA decorrente do Edital FUMCAD 01/2022 para a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deverão ser depositados na conta bancária abaixo descrita:

Nome do banco (001-Banco do Brasil) Agência: 0932 Conta Corrente : 52.213-9

Outrossim, declaro, sob as penas da lei, que a movimentação bancária das despesas do termo de colaboração, será realizada na referida conta.

Itanhaém 18 de Maio 2023


Tania Sawaya do Espírito Santo

Representante Legal